

Titulo - A cultura do poder do titulo de bacharel, no imaginário social

Autora: Maria Inez Bernardes do Amaral

Instituição - UERJ – Faculdade de Educação – Programa de Políticas Públicas e Formação Humana.

Eixo: Educação e movimentos populares

Palavras chave – Cultura, Políticas de educação, Título de bacharel

Resumo:

Na esfera cultural temos diferentes discursos, repletos de significados, que vão construir as subjetividades dos sujeitos, por isto a importância de compreender o processo de transformação da vida material, que coloca os indivíduos sociais em lugares em que buscam fins concretos para suprir as suas necessidades materiais, sociais e históricas.

Este complexo social do qual a cultura é expressão, revela para além das falas dominantes, os grupos de discursos dissidentes, impregnados pelas relações de poder que se estendem nas diferentes formas de relações sociais, no qual os sujeitos estão inseridos, frutos de lutas pelo domínio da cultura, pelo espaço privilegiado que abriga a memória, pelos valores sociais que possibilita o surgimento de conteúdos simbólicos, estas características fazem que as análises do poder de um símbolo, como o titulo de bacharel, não se dissocie das relações sociais materiais e históricas, que impregnam o nosso cotidiano.

O valor simbólico do diploma no Brasil se insere no sistema de ensino onde aparece com um poder simbólico, é um “poder invisível, que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele submetem, ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1977, p. 31), é capaz de se impor como legítimo dissimulando o que esta em seu interior.

Mas, temos que reconhecer, que não podemos homogeneizar, desconsiderando as diferentes maneiras dos diversos segmentos se inserirem na conjuntura/estrutura social. É pertinente a crítica apontada por Bourdieu (1983) ao afirmar que existe uma inconsistência ao se definir juventude, utilizando-se de critérios definidos biologicamente, sendo necessário, pelo menos, “analisar as diferenças entre as juventudes ou para encurtar entre as duas juventudes”. (Bourdieu,1983, p. 113).

Estas juventudes aludidas pelo autor são as que vamos encontrar na PUC Rio, separadas por universos econômicos diferentes, que coloca um grupo de indivíduos sociais em posição de desvantagem perante ao outro em relação a conjuntura/estrutura social.

Pois, enquanto um grupo estuda, desfruta de uma boa cultura, diversão, moradia. O outro, trabalha, veste-se mal, tem poucas possibilidades de diversão e, geralmente, é tratada com preconceito. Embora Bourdieu tenha chamado a atenção para a diferença existente entre as juventudes, a sua análise focou-se nas diferenças provocadas pelas desigualdades de classe.

Se para Gramsci (1972) as idéias, como as filosofias são expressões do real, do concreto, , idéias novas, de outro tempo histórico, este mesmo pensamento não está muito distante do pensamento de Bourdieu, que infere que, as idéias que transitam no campo são as idéias da classe dominante, que por sua vez são idéias de seu momento histórico, que transitam no real, mas que mesmo tendo um resquício de passado nelas, são novas idéias de um mundo diferente do seu momento anterior.

Tanto para Gramsci (1972) como para Bourdieu (1983), a esfera onde se produz a cultura é o espaço da vida, onde os indivíduos vivem a cultura não esta só nos bancos escolares, esta impregnada na existência humana, nos sujeitos que aprendem e adquirem o sentido das relações sociais, que vão gerar as sociabilidades e visões de mundo. Nisto, estão incluídas, a diversidade de ações que vão apreender avaliar, sedimentar ou transformar as relações entre os sujeitos, os grupos.

Os autores reconhecem que nos grupos sociais subalternos existem sujeitos que procuram ultrapassar a intelectualidade de seu grupo social, ou seja, um intelectual orgânico, um agente na procura de uma nova forma de ser reconhecido no mundo.

Para Gramsci, somente alguns sujeitos dentro do grupo – os “intelectuais orgânicos” – conseguem fazer esta passagem. Mas enquanto Gramsci vê que este intelectual orgânico pode ser ou não cooptado pelo grupo dominante, para Bourdieu, este intelectual, este agente vai buscar no outro grupo social seu reconhecimento, neste ponto os autores diferem.

O que temos assistido na universidade/sociedade atualmente, é que acontece as duas coisas: Uns alunos após se formarem retornam para seu grupo de origem, na procura de ser reconhecido por este grupo, e dentro deste espaço grupal, procura fazer a diferença, trabalhar para a mudança/transformação da realidade vivida por este espaço social, por outro lado temos os que ascendem a determinadas posições na sociedade e

chegam a renegar a sua origem, muitas vezes só à relembrando quando algum interesse está em jogo.

Neste segundo sentido, a classe subalterna estaria presa na sua condição de classe subalterna, pois seus intelectuais, não se reconheceriam mais nelas, para que houvesse uma mudança substancial na conjuntura/estrutura social, teria que haver um sistema escolar abrangente e direcionado para a ampliação da visão de mundo, com a finalidade de ultrapassar a condição social existente.

Ambos percebem que a cultura atravessa todo a realidade social, penetra nos indivíduos sociais, transformando-os, nem que seja dentro de certos limites. Mesmo tendo o habitus do grupo uma referência, é a história humana, formando humanos, que forma os indivíduos sociais. Gramsci (1972, p.24) define o homem como “espírito, isto é, criação histórica e não natural”.

Tanto, as convicções e crenças populares indicadas por Gramsci, quando os mecanismos de interiorização colocados por Bourdieu, vão à direção de que a formação social começa no ambiente próximo ao indivíduo social¹, no qual incorporariam determinadas disposições, que se perpetuariam pelos próprios agentes, ou indivíduos e se espalhariam pela sociedade, formando uma média geral que desembocaria no que o indivíduo tem de mais genérico.

Estas ações para Bourdieu são formadas por um conjunto de “disposições subjetivas, que estão no princípio do valor têm, enquanto produtos de um processo histórico de instituição, a objetividade do que está fundado em uma ordem coletiva transcendente às consciências e às vontades individuais”. (Bourdieu, 1996, p.199)

Os gostos, preferências, aptidões, são socialmente construídos. O habitus leva os indivíduos cultivar certas preferências, independentes da consciência ou da vontade dos agentes, mas dentro de uma determinada socialização que integra o indivíduo a sociedade, mesmo que esta sociedade, seja como indicado por Gramsci, permeada de conflitos e contradições. No modelo de sociedade estudada pelos autores, os indivíduos são educados a partir de uma determinada visão de mundo que favorece aos interesses das classes dominantes. Mas é também na sociedade civil, no campo que os mesmos indivíduos sócias, os agentes, resistem, organizam-se e lutam.

¹ O conceito de indivíduo social desenvolvido por Marx, tem a ver com a individualidade de cada sujeito, mas que ao tempo sendo singular, também é plural, pois nele esta toda a sociedade passada, por conseguinte um ser social.

Assim, pretendemos discutir como se forma a hegemonia frente ao poder de um símbolo, no caso estudado o título de bacharel, que acaba por alterar a forma dos indivíduos sociais se verem na sociedade, e aceitar, ao mesmo tempo criar estratégias para alcançar os fetiches desejados.

Formando identidade de grupos, que influenciam no cotidiano social e forma e transforma a realidade vivida, dentro de uma revolução passiva que desagrega e absorve as massas, que se entregam a hegemonia do pensamento capitalista.

Titulo - A cultura do poder do titulo de bacharel, no imaginário social

Autora: Maria Inez Bernardes do Amaral

TITULOS NO BRASIL - gênese e história.

“a busca da demonstração de que os grupos profissionais, no processo da construção da sua identidade e do seu lugar social, são elementos essenciais na configuração do padrão de relações sociais dominante no Brasil. Os trabalhos aqui analisados, em uma forma mais rápida e superficial do que sua qualidade mereceria, trazem não só as evidências histórico-factuais dos processos como também indicações teórico- metodológicas que permitem agregar dimensões e instrumentos analíticos fundamentais para o entendimento e explicação da nossa sociedade”.(Barbosa, 2003, p. 604)

Compreendemos que a cultura como uma obra coletiva, de um determinado tempo e lugar histórico, que se constitui sob uma herança que cada grupo social tem em seu tempo, que abarca as condições objetivas e subjetivas que tem na hegemonia sua expressão. Segundo Gramsci (1978) a hegemonia expressada pela cultura inclui diferentes níveis ideológicos, culturais, políticos e econômicos, esta associada a sociedade civil, as conjunto de instituições intermediarias como sindicatos, escolas, família, instituições religiosas que são dispositivos da sociedade civil que conformam nos indivíduos os pensamentos da classe dominante, e que faz que os mesmo permitam através do consentimento que a ideologia da classe dominante se espraia.

Embora reconheça que os indivíduos sociais encontram-se sob o domínio do sistema capitalista de produção, acreditamos que na cultura resida as possibilidades de surgimento das resistências, numa arena de lutas, pois na memória coletiva existem não só comportamentos conservadores, neste espaço, estão também, lembranças das explorações, das submissões, é o lugar onde se mantém hábitos, reproduzem-se valores

sociais, que podem ser a chave do surgimento de uma nova cultura, transformada, emancipada da cultura anterior.

Segundo Gramsci, conquistar a hegemonia é estabelecer a liderança moral, política e cultural na vida social, difundindo a sua própria concepção do mundo através do todo social, de modo a igualar o seu próprio interesse com o interesse da sociedade em geral.

Neste capítulo procuramos trazer um pouco da história cultural da formação social do Brasil, do seu passado histórico, atravessado, pelo colonialismo, que diferentemente da colonização de povoamento da Nova Inglaterra, teve uma colonização baseada na suposição de que a terra tinha muitas especiarias, constituindo-se então, uma colônia de exploração, de “caráter latifundiário, monocultor e escravista” (PRADO JR.). Neste processo de formação cultural passamos pelo período imperial, pela formação de uma república aliada aos senhores da terra, que expressa no patrimonialismo, (FAORO, 1975), o lado econômico da formação brasileira, no coronelismo o lado político-ideológico, que tem num símbolo sociocultural como é o título de bacharel, o símbolo do saber e do poder, a condição de manutenção do controle econômico-social e político da sociedade brasileira.

Se seguimos pela direção da sociologia das profissões, podemos nos fundamentar nos estudos de Dubar (1997), Barbosa (1993), Ramos(2002), estes autores reconhecem que ao longo da vida humana, os indivíduos sociais em suas trajetórias objetivas e subjetivas, vão formando identidades, que neste mundo comandado pelo capital, podemos compreendermos as diferenciações que ocorrem entre os indivíduos na sociedade através da identificação pela formação profissional.

Observamos que através destas condições objetivas e subjetivas existe a condição de transposição de indivíduo para grupos diferentes de seu grupo de partida, esta transposição das condições de existência é chamado por Gramsci de guerra de movimento, aonde as classes subordinadas vão desconstruindo mecanismos que estruturam as relações de dominação entre os diferentes grupos, e reconstruindo novos modos de ver e agir no mundo. Nestas relações de dominação são engendradas e reproduzidas não apenas nas relações entre capital e trabalho, ou seja, entre as classes dominantes e as subordinadas, também se reproduz as relações entre diferentes grupos que constituem as classes dominadas, indicando uma participação ativa das classes dominadas nos mecanismos que engendram o processo de dominação entre as diferentes classes e grupos. Isto coloca um poder de transformar a realidade que passa pelo

protagonismo dos sujeitos das classes oprimidas, que lutam no campo social pela superação dos limites impostos pelas classes dominantes.

Assim, a importância hoje assumida por parte da sociedade pela diplomação, pelo título de bacharel, tem múltiplas determinações que passam tanto pela economia, como pela cultura.

Nessa relação permanente entre reter as nossas próprias trajetórias e transformar as condições objetivas que engendram essas trajetórias é que se encontra a possibilidade de transformação social, mesmo que seja aproveitando indicações de organismos internacionais, dos quais se pode apropriar de determinadas colocações e usá-las na forma que se achar conveniente, numa constante guerra de movimento.

Essa burguesia nascente, representada pelas oligarquias regionais e locais que se alinhava a burocracia imperial, tinha a finalidade de criar um projeto de nação fundada no trabalho, mas com distinções, de quem poderia ou deveria exercer determinadas funções.

Goodwin Junior (2010), em seu artigo sobre como ocorre à incorporação do proletariado a sociedade moderna no período pós libertação dos escravos, discute o pensamento das elites mineiras e suas pretensões para os pobres, que considerados vadios, deveriam ter em determinados trabalhos sua condição de sujeito ativo e produtor.

Seu estudo ocorre através da análise de jornais da época, como o: *Pharol*, *Sete de Setembro*, *A Idéia Nova*, que descreve o pensamento das elites dominantes, deste período de nossa história.

“Farol da sociedade, a imprensa pretendia não apenas denunciar o que estava errado, mas iluminar o caminho com as novas ideias que deveriam ser adotadas. Ela informa – e dá forma – à modificação do lugar do trabalho que se estava operando no país. Assim, se Malvina Rita de Jesus é vagabunda, deve ser compelida ao trabalho, ecoando no jornal liberal a mesma recomendação de seu rival conservador quase vinte anos antes. A solução para combater a vagabundagem e valorizar o trabalho seria a repressão através do próprio trabalho. Os homens de imprensa de Diamantina tinham noção, porém, que apenas a repressão não seria suficiente para tornar o trabalho regular algo desejável. Seria preciso alterar séculos de cultura, desfazer toda uma tradição que associava, inclusive em termos religiosos, o trabalho braçal e regular ao pecado e ao castigo. Ainda ao tempo da escravidão, o redator do periódico do Partido Conservador, transcrevendo um poema publicado na *Revista Commercial* fluminense, afirmava contra todas as evidências que “o trabalho honra o homem, qualquer que seja a profissão que adopte” (*Sete de Setembro*, 11/11/1886). Duas décadas depois, um dos jornais fundados na cidade para defender os princípios do Liberalismo publicava um longo artigo em homenagem ao 1º de Maio, no qual professava sua certeza de que o trabalho teria a capacidade de regenerar a sociedade” (Goodwin Junior, 2010, p. 3)

Onde toda a valorização do trabalho, era uma valorização seletiva, já que a elite pensava que havia diferentes trabalhos, para diferentes frações da sociedade,

O verdadeiro caminho [...] porque nesta casa o que nós queremos e pregamos é aquilo que nossa pátria quer e aspira – instrução e trabalho. // INSTRUÇÃO – legítima, boa e verdadeira, adequada a cada camada social, melhorando a que visa às letras e às sciencias, e creando a que torna apto o individuo para viver por si, pela sua iniciativa fecunda, pela sua aptidão creadora da riqueza social. // TRABALHO não o rotineiro, viciado e infecundo, que aniquila seus agentes, os empobrece e os desgraça, mas o inteligente, racional e progressivo, que remunere o esforço, levante seus obreiros, e transforme nossa terra de madrastra safara e maninha em mãe carinhosa e bem-fazeja. (*A Idéa Nova*, 10/06/1906, apud Goodwin Junior, 2010, p. 8)

Neste artigo, o autor nos presenteia com avaliações sobre como vai se formando no Brasil, uma cultura de que nem todos podem ter os conhecimentos ditos superiores. No universo de um Brasil que esta se transformando de império a republica, alterando sua ordem política, mediado pelos interesses das classes economicamente dominantes, podemos ver, a forma como as classes dominantes se utilizam determinados veículos², para formar um pensamento, que atravesse a sociedade como um todo e construa uma hegemonia ideológica sobre suas intenções; quando, o autor, escreve sobre as diferenças que se deve dar a cada fração de classe, nos alerta para os intenções capitalistas que desde o império atravessavam o pensamento das classes dominantes, e que tinham como fundo a intenção de controlar a massa trabalhadora.

“Claro está que o redator tem em mente, também, dois modelos de escola: uma que foque seus estudos sobre o desenvolvimento intelectual, e outro que ensine uma profissão e suas técnicas. Fica a dúvida como tão diferentes formações poderiam, ambas, desembocar num trabalho que não fosse rotineiro, mas inteligente... É importante lembrar que, desde tempos coloniais, havia uma estrita diferenciação entre as “artes liberais” e os “ofícios mecânicos”. À época do Império, Medicina e Direito eram conhecidas como “as profissões imperiais”; ao final do século XIX, e principalmente com o advento da República, a elas veio somar-se a Engenharia. Claramente este tipo de mentalidade estava presente no discurso das elites mineiras, quando se debruçavam sobre o problema social de como incorporar as massas empobrecidas na nova ordem social.” (Goodwin Junior, 2010, p. 8)

² Oliveira (1998). Quando falamos dos veículos utilizados pelas classes dominantes, não podemos desprezar os aparelhos de hegemonia, que segundo Gramsci colaboram para a revolução passiva da burguesia. Neste sentido foram criados entre 1910/1918, logo após a libertação dos escravos, estabelecimentos para “instrução primária e vocacional”; os primeiros foram criados entre 1910/1918, além do papel de “limpar” das ruas os desafortunados, os locais adaptavam tais indivíduos às práticas de trabalho livre e assim, apoiariam os projetos republicanos

Criando, não só a divisão do conhecimento por fração de classe, mas permitindo surgir o desejo, o fetiche sobre um objeto, que se torna símbolo de poder, que esta em outra dimensão, diferente do mundo objetivo do trabalho, que acaba por alienar e embaçar o real valor do conhecimento que pode ser gerado dentro do mundo acadêmico.

Em Gramsci temos a constatação de que não podemos dissociar: o conhecimento que temos da história de um povo, de suas lutas culturais, do como esta sociedade se configurou, mas ainda, como continua num constante movimento, formando e transformando o seu povo.

Assim optamos por pensar como se formou o fetiche sobre o título de bacharel, através de autores, que escreveram suas visões sobre nosso passado, como lentes que permitem a apreensão, mesmo que parcial, do nosso cotidiano histórico.

Por isto, usamos neste capítulo clássicos como Freyre (1961), Hollanda (1995), Faoro (1975), Prado Junior (1979), na procura de como se constitui no Brasil o fetiche sobre o ser “doutor”. Sabedores do risco de utilizar alguns autores, mas também conscientes que todo saber deve ser procurado, pois podem conter conhecimentos que nos permitam ultrapassar uma visão reduzida da realidade social.

Mas também, como os doutores, os possuidores de títulos foram na época do império pessoas ligadas as elites do poder financeiro, conforme consta no livro sobre as profissões imperiais de Campos Coelho (1999), no período imperial as academias que formavam, os médicos, advogados e engenheiros não possibilitava que pessoas sem condições financeiras tivessem acesso a este nível de estudo, pois os preços cobrados eram altos.

“havia duas funções desempenhadas pelas faculdades oficiais, e não menos importantes, o clientelismo e a seleção social (...) foram centenas de decretos que mandavam matricular na escola ou determinado ano, ou admitir a exames, candidatos sem as mínimas qualificações, num frontal descumprimento dos estatutos e regimentos (...) quanto a função da filtragem social (...), Francisco Ignacio de Carvalho Moreira – futuro barão de Penedo, lembrava o patronato como ‘ a porta franca por onde entram e saem os mais estúpidos bacharéis (...), dizia ele “vio que já em algum tempo nesta camara se disse que era necessário elevar a taxa de matriculas para que não chegassem a ser habilitadas com um diploma de uma academia de direito pessoas pertencentes a classes ínfimas da sociedade! Como se a instituição tivesse designado quais são as classes donde devem sair os magistrados, os parlamentares, os estadistas do pais (CAMPOS COELHO, 1999, p. 250)

Assim, utilizamos dos ensinamentos de Marx, que se apropriou de seus antecessores, para construir uma forma de se pensar a realidade vivida em seu tempo histórico-social, como também de Gramsci que não desprezou nenhuma leitura, muito

ao contrário, as utilizou para constatar que o momento histórico-social que vivia, era devedor deste passado, que oprimia e explorava.

Ao lermos estes autores, não significa que concordamos com eles, mas que neles se apresentam leituras da realidade social brasileira, que perduram até nossos dias, leituras estas que atravessam nossa realidade histórico-social, configurando o nosso cotidiano.

Por conseguinte, esperamos conseguir apreender destes, o poder simbólico do título de bacharel, um símbolo de poder, de diferenciação, que exclui, que subordina, que gera um sentimento de inferioridade para quem não o tem, ao mesmo tempo em que faz nascer em quem o alcança uma sensação de poder, de superioridade, que se traduz no olhar o outro despossuído do título como um sujeito inferior, que necessita da complacência de quem possui o saber.

Por isto a opção por Gramsci, pois permite o conhecimento do poder das classes populares, que o coloca este o conhecimento na condição de permitir a emergência dos fenômenos, a porta de entrada para o mundo da essência.

Acompanhar através de seus olhares o processo da formação cultural brasileira permitiu-nos perceber que de um lado temos a cultura como modo de viver, de pensar, agir, sentir como parte de um grupo social, por outro lado, temos, nesta, as propostas de formação do sujeito, como projeto educativo, formativo das novas gerações. A cultura, neste sentido significa um viver que foi produzido, que se produz e se reproduz, um projeto de formação de sujeitos que permanece em contínuo movimento.

No Brasil colonial e de início de século XX, o título de bacharel portava o simbolismo do poder, um poder imaterial que dava ao portador de um título a condição de dominar pessoas, negócios e instituições, ao mesmo tempo em que, dava ao seu portador credibilidade e respeito, com isto, servia como passaporte para a vida política, colocava os bacharéis no âmbito do poder social e político, conferia ao bacharel a condição de fazer parte do grupo social dominante dentro do bloco histórico.

Entender o bacharelismo requer, antes de tudo, compreendermos seu caráter histórico relacionado à colonização do Brasil, estruturando uma forma explícita de poder. A relação metrópole/colônia e depois a relação coronelismo/poder político, contribuiu para que a divisão social se consolidasse progressivamente em nossa sociedade., separando os sujeitos entre quem tinha e quem não tinha diploma de nível superior.

A nosso ver, a crença, ainda hoje existente, de que a educação seja um passaporte para a mobilidade social, cria sentido quando olhamos nosso passado histórico. Assim, para buscarmos esta compreensão vamos nos reportar a história de nosso povo, formado por senhores escravos, ricos e pobres, nobres e plebeus, um reino na América Latina.

O poder/prestígio social que advinham de atributos herdados, como terras, nomes, aparecem influenciando vivamente a sociedade brasileira, como afirma Buarque de Holanda: os “portugueses e espanhóis parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo os privilégios hereditários.” (HOLANDA, 1995, p.35). Assim, o autor explica que o prestígio social manteve-se presente nas épocas mais gloriosas das nações ibéricas, por meio de diversos títulos.

Através de uma leitura de Sergio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre podemos ter uma compreensão da dimensão do poder deste legado aristocrático de nossa sociedade. Para isto, nos remetemos à formação do pensamento social brasileiro.

Assim, ao começar pelo período colonial, onde os senhores da terra encaminhavam seus filhos a Europa para estudar e retornar a casa paterna como doutores. Fazia destas pessoas parte do poder político e financeiro, lhes agregava a este poder simbólico que lhes permitia tomar as decisões pelo seu povo.

Segundo Resende de Carvalho (2007), no século XIX, ainda não havia uma separação entre campo político e campo intelectual. Na época o que se chamava de intelectual era o homem letrado, que procurava ampliar sua autonomia frente ao poder imperial, este modelo vindo das academias francesas se espalhou pelo mundo, inclusive, no Brasil, apropriou-se do conhecimento do homem comum, do prático,

“rábulas, no caso de advogados, curandeiros, no de médicos, e mestres-de-obras, no âmbito da construção civil. Portanto, mais do que as Escolas, foram aquelas agências que conferiram estatuto de profissão ao exercício das artes liberais no Brasil”.(Coelho, 1999, apud RESENDE DE CARVALHO, p 19).

A ampliação das academias durante o império foi parte de uma política de ampliação e apoio ao Estado, que segundo a autora, foi uma prática conservadora, tradicional, na medida em que atualizou a

“velha matriz do absolutismo português, segundo a qual o rei busca incrementar seu poder sem confrontar diretamente as classes senhoriais, agregando, para tanto, outros espaços, materiais e simbólicos, que o direito feudal, tradicional, não poderia disputar (Hespanha, 1994; Barboza Filho, 1999, apud, RESENDE DE CARVALHO, p 19).

Para a autora toda esta mudança no Brasil império teve um lado importante ou seja,

“Tal lógica de reprodução do poder, contudo, produziu efeitos positivos – o principal deles, a quebra do monopólio que as classes dominantes classicamente exercem sobre o processo de constituição da atividade intelectual, abrindo-se uma porta de oportunidades para os que, apartados do mundo relativamente homogêneo das elites senhoriais, souberam transpô-la. Intelectuais oriundos de estratos médios da sociedade, e mais o numeroso contingente de mulatos urbanos que Gilberto Freyre (1990) surpreende em officios modernos no último quartel do século XIX, expressam relativa diferenciação do ambiente intelectual sob o Império, malgrado sua intencionalidade. Enfim, o quadro institucional que explica a forma de articulação entre política e cultura no Oitocentos brasileiro é igualmente explicativo da dimensão estratégica conferida pelo Estado imperial às agências intelectuais. Tal cenário não resistiria à proclamação da República”.(RESENDE DE CARVALHO, p 19)

Assim, por exemplo, durante o Império, ainda que existissem cursos regulares de direito, medicina e engenharia, tais Escolas não conformavam o centro da vida intelectual no Brasil, consistindo, antes, em espaços de socialização de jovens da elite, sobretudo no caso das Escolas de Direito, para ocupação de cargos públicos. Na prática, portanto, eram instâncias do jogo político, mais do que agências de produção intelectual e inovação técnico-científica. (RESENDE DE CARVALHO, p 18)

Nos moldes de Gramsci, neste período histórico, estaríamos no modelo de uma revolução passiva³, onde classes sociais opostas em interesses materiais absorviam parte das classes sociais subalternas, como também suas reivindicações, tudo isto ocorrendo sob a hegemonia de uma nova classe dominante, a burguesia, evitando o modelo jacobino de mudança social.

Esta absorção das massas, pela via da educação, desagregava qualquer movimento político, econômico ou filosófico, difundiu-se a hegemonia da burguesia política brasileira.

No âmbito das relações de força, esta passagem do modelo rural – agrário, para o urbano – industrial visava uma ampliação do poder político de quem já possuía o poder econômico. Este movimento conservador, apostava na cooptação dos intelectuais

³ A metáfora militar da "guerra de posição" trata-se de uma situação em que as forças sociais apesar de estarem em equilíbrio estão em guerra, cada grupo dentro do bloco histórico luta apesar de suas vontades. A situação que leva a uma guerra de posição pode ser a tingida ou não, mas acontecendo, pode levar a classe dominante a recuos históricos, forçando as classes a um novo equilíbrio, transformando os movimentos conjunturais em estratégias para a luta geral de classe.

dos grupos subalternos, depreendendo daí uma revolução passiva, para impor ou tentar levar a desagregação ao seio do conjunto das classes subalternas, para forçá-las ao recuo político e à fragmentação de sua unidade estratégica. Ao mesmo tempo em que cultivava-se na sociedade a idéia de que o bacharelismo é um caminho possível para as classes subalternas chegar e permanecer no poder.

“Se os homens tomam consciência de sua posição social e de suas tarefas no terreno das superestruturas, isso significa que entre estrutura e superestrutura existe um nexó necessário e vital” (GRAMSCI, p.437).

Este nexó visto por Gramsci é que vai fazer os senhores patriarcais, encaminhar seus herdeiros para completar os estudos, na Europa, voltando formados em direito, mas é também o que faz o imperador no Brasil, ampliar o seu corpo de intelectuais; grupos com interesses diferentes, lutando pelo espaço político do Estado.

Constituindo assim, blocos que lutam pela condição de no final do período imperial e início da primeira república, estar inseridos nas instituições de poder, legislando a favor de pessoas que tivessem a mesma posição de classe, e mesmos interesses fossem econômicos, políticos ou sociais. Consubstanciando, o bloco histórico que, assim, adquire concretude neste momento de transição.

Em nosso país não tivemos uma fidalguia, mas um passado colonial, ligado a nobreza européia, no qual ter um título de nobreza era uma distinção que dava a quem o portasse uma condição de classe diferente dos demais. Para exemplificarmos o valor do título do nobre, temos o do Visconde de Mauá, homem comum, que através de sua capacidade para os negócios conquistou um título de nobre.

Na falta de um título nobreza, construiu-se a idéia de que o título acadêmico substituiria o outro em valor simbólico, distinguindo quem o possuía dos demais sujeitos na sociedade. A literatura muitas vezes procurar retratar peculiaridades de épocas históricas, assim pensamos em usar alguns textos que para nós servem de instrumentos para trazer um pouco de como se pensava na época da colônia. Em Raízes do Brasil, é possível identificar, como se forma historicamente o valor simbólico dos títulos para o povo brasileiro.

Assim, a valorização de um título acadêmico pode estar associada a pouca quantidade de bacharéis no século XVIII e XIX, conforme aponta Buarque de Holanda o autor coloca em seu livro que no Brasil no período 1775-1821, o número de graduados em Coimbra estava em torno de 720 profissionais. Uma pequena quantidade de títulos.

Tanto para Buarque de Holanda como para Freyre, a valorização dos títulos era uma característica de Portugal, onde se considerava que os títulos dignificavam os homens, num estreitamento de laços entre as profissões, que fortalecia os profissionais possuidores de diploma, ao mesmo tempo em que os qualificava e os distinguia da população em geral e dos senhores da terra.

Para Freyre (1961), o bacharel, no Brasil, assumia uma posição de diferenciação na sociedade rural e patriarcal do século XIX. Devido a não termos uma fidalguia, o título de bacharel fazia toda a diferença, dava a valorização social de uma nova “classe da nobreza” (bacharéis e doutores) que propunha mudanças por meio da implantação sutil de tendências européias.

O que acontecia era que a maioria dos bacharéis buscava implementar essas tendências no país, pelo ato de ter residido no exterior no período dos seus estudos universitários.

“Numa sociedade como a nossa, em que certas virtudes senhoriais ainda merecem largo crédito, as qualidades do espírito substituem, não raro, os títulos honoríficos, e alguns dos seus distintivos materiais, como o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza”. (HOLANDA. 1999, p 83).

Para Freyre a ascensão dos bacharéis brancos foi rápida, filhos de senhores de engenho, os bacharéis voltavam ao Brasil com novas teorias e técnicas, o que contribuía para a legitimação desses profissionais na sociedade do século XIX. O conhecimento validado pelo diploma reforçava o poder de quem o tinha sobre aqueles que não o possuíam.

De certa forma, estávamos diante de uma transformação social, com a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade mais urbanizada, que abria algumas oportunidades para filhos ilegítimos dos senhores patriarcais, nos capítulos V, XI, XII), tais como: “É verdade que ao mesmo tempo que se acentuavam os antagonismos, tornavam-se maiores as oportunidades de ascensão social, nas cidades, para os escravos e para os filhos de escravos, que fossem indivíduos dotados de aptidão artística ou intelectual...”(p. 111) ou ainda “Com o século XIX, e o desenvolvimento das cidades, as cidades maiores tornam-se o paraíso dos mulatos a que já se referira um cronista do século XVIII...” (p. 606), vemos que Freyre descreve uma mudança na estrutura social.

Com a urbanização e crescimento das camadas médias, aumenta o número de bacharéis filhos destas outras frações de classe. Consolidando a crença de que o título, o diploma diferencia os sujeitos que os possuem dos demais membros da sociedade.

O valor que damos a esses símbolos concretos, como o título de bacharel, se reforça com o uso de frases de efeito, com o objetivo de conseguir sua afirmação diante dos outros indivíduos, destacando o conhecimento entendido como “saber bacharelesco”.

Por este caminho é que se cria em nossa sociedade um campo propício para a teoria do capital humano se instalar, e com ela a formação de um pensamento hegemônico em torno do valor que se tem em agregar títulos à formação educativa, impregnando no imaginário das classes subalternas o modelo social vigente.

A crença que a educação superior, pode propiciar uma mobilidade social, vem da concepção de que os cursos se tornam valor agregado à mercadoria que é o trabalhador, veio dentro do bojo da teoria de capital humano. Na qual se tinha a concepção de que quanto maior valor acumulado de conhecimento, maior seria a possibilidade de inserção no mercado de trabalho e por conseguinte maior a mobilidade social individual.

“A educação assume um duplo papel: de um lado, fortalecer a acumulação do capital, formando, aperfeiçoando e reproduzindo os recursos humanos necessários ao aumento da produção e da produtividade; de outro, e como resultado dessa qualificação e formação, possibilitarem aos membros da sociedade, em todos os níveis e de todas as classes, a ascensão social pela promoção pessoal e pelo aumento da renda individual através da progressão salarial, que deve estar estruturada na capacidade individual de subir a melhores condições de trabalho. Mas tal ascensão não se liga a interesses opostos aos do capital, e sim complementares. Na medida em que o indivíduo obtém melhor capacitação e maior qualificação, torna-se mais produtivo e pode, em função disso, disputar salários mais altos. Dessa “forma, pela educação é que se adquirem condições ideais para o desenvolvimento tanto social quanto individual”. (RODRIGUES, 1987:126-127, apud Candioto, 2002:203)

Caminhando no sonho do título, junto com a ascensão social pela educação, podemos pensar que a idéia de capital humano, casa-se com a idéia de valor social do diploma, visto ambas as perspectivas caminharem na direção do valor social e econômico do diploma na ascensão social, tanto pelo seu status, como pelo conhecimento agregado a ele.

Bourdieu, ao construir o conceito de campo nos permite compreender como em certos espaços sociais, os agentes em interação, se formam e se transformam em sujeitos de sua realidade cotidiana, onde se reconhece, mas também se é reconhecido, construindo uma hierarquização que vai diferenciar os sujeitos dentro de cada campo social. Os sujeitos ao mobilizar seus recursos sociais, para o objetivo pretendido, terão que usar o que já possuem de capital cultural, econômico e social. Assim, cada ação do

sujeito estará condicionada pela sua situação social na sociedade em que vive, o que não impedirá de transformar suas ações ao entrar em contato com outros campos sociais..

Para Bourdieu, as práticas culturais, ao longo da vida, vão transformando o habitus dos agentes dentro dos campos, criando novos gostos e que estas práticas estão ligadas ao nível de instrução que se vai adquirindo, o autor indica que existem correlações entre a transmissão do capital cultural herdado da família e o inculcado pela escola.

Generalizar que todos desejem entrar para uma universidade pode ser um exagero. Mas, a cultura de que o acesso ao nível de terceiro grau transforma estas pessoas, dando-lhes uma aura, que estabelece na relação entre os sujeitos do grupo, uma subordinação a quem possui um diploma, é algo que podemos constatar no nosso cotidiano, que permeia, inclusive, nossos discursos.

Destacamos que, apesar de todas as condições materiais objetivas, os indivíduos possuem dimensões subjetivas, e que mesmo vivendo em uma sociedade que valoriza os títulos, ou credenciamentos, existem sujeitos que não possuem, e que não vêem a necessidade de ter títulos. Nestas distinções, o agente ao fazer uma escolha, seja ela, por estudar ou não, por ter títulos ou não, esta demonstrando a forma peculiar que tem de entender os limites e possibilidades, sejam sociais ou individuais.

Mészáros ao destacar a contradição entre o caráter global dos fenômenos sociais criticados e o gradualismo apresentados pela Economia Política na contemporaneidade, avalia que “A utopia é inerente a todas as tentativas que oferecem remédios meramente parciais para problemas globais” (p. 270). Para o autor os ideólogos da engenharia social de hoje, que denunciam ter pensamento marxiano um caráter supostamente utópico e ideológico, vêem na forma existente da sociedade capitalista uma “moldura necessária de toda modificação concebível” (p. 270) e se fundamenta na fé de que mudanças parciais alcançaram resultados gerais.

Este pensamento burguês tem por base que o modo de produção capitalista não pode ser questionado, traz medidas práticas que são sempre de caráter utópico e gradual, e que tendem à conservação da estrutura social capitalista. As mudanças que promovem, servem apenas para remover os obstáculos e amortecer as contradições que oferecem risco ao capitalismo.

Para Mezsaros (2006) “A crise de hoje não é simplesmente a de uma instituição educacional, mas a crise estrutural de todo o sistema da ‘interiorização’ capitalista” (MÉSZÁROS, p.272-3), que passa pela forma como os indivíduos sociais se vêem no

cotidiano, pelas estratégias possíveis para conquistar uma posição de poder, que lhes de a oportunidade de ter uma vida melhor, seja através do estudo, do trabalho, ou de ambos.

“Uma parte crescente da máquina econômica está sendo ligada ao campo educacional, produzindo não só um número crescente de graduados e pós-graduados, como também toda uma rede de companhias interessadas na expansão da ‘cultura’. O fato de que na produção de intelectuais [...] o limite superior não é o céu, mas a disponibilidade de oportunidades significativas de emprego (...), é algo que não pode ser inserido no sistema de cálculo da produção de mercadorias” (MÉSZÁROS,(2006) p. 278).

A compreensão do motivo que leva algumas pessoas a procura por um diploma universitário, como vínhamos detalhando, nos reporta, por um lado, pela formação da cultura brasileira, um país formado por grupos familiares que dominavam a terra, a política, a economia, primeiro pela força, depois pela intelectualidade, que penetra no poder central e colabora para construir um projeto de nação que alinhe com as ideologias de seus grupos sociais. Silva (2006), destaca:

“No século XIX, no qual a independência política e a construção do Estado Nacional, assim como o surgimento dos cursos jurídicos no país, produzem uma elite de bacharéis que junto com a aristocracia agrária serão responsáveis por um modelo de ordem econômica, política e social a quadrinha popular vaticina: quando Deus voltou ao mundo, para ouvir infiéis ao Egito deu gafanhotos, ao Brasil deu bacharéis”.(SILVA, p.28)

Por outro lado, a cobrança da sociedade capitalista, vê num amplo credenciamento, um diferencial, para o acesso a determinadas formas de trabalho, cujas competências são avaliadas, no dia a dia do trabalho.

Quanto ao olhar simbólico sobre os títulos de bacharel, temos a criação de algumas estratégias de mobilidade social no Brasil indicadas por Sergio Buarque, ao analisar nosso passado social, pontuando a valorização do título numa passagem de Raízes do Brasil, uma mobilidade, sem alteração da estrutura social. Onde ser bacharel é a oportunidade de abrir as portas para a mobilidade social dentro do modelo capitalista.

Gilberto Freyre, analisa a figura do bacharel no Brasil em Sobrados e Mucambos, no capítulo “Ascensão do Bacharel e do Mulato”, onde investiga as implicações deste título de bacharel em uma sociedade como o Brasil do Segundo Reinado, que chegou a se chamar de Reinado dos Bacharéis.

Mas, precisamos considerar os preferem não estudar, estes já possuem uma forma diferente de perceber a vida, algo mais imediato, para este grupo social, estar estudando não faria diferença, bastando estar próximo a alguém que já tem o poder,

sendo esta uma estratégia para sobreviver sem ter que enfrentar as etapas para se conquistar um diploma de bacharel. Como também, existem grupos sociais que procuram se realizar através do acúmulo financeiro, através do poder econômico, não se importando com os conhecimentos acadêmicos, pois tendo condições financeiras podem comprar os saberes de outros que detém o conhecimento.

Esta procura pela igualdade de condição de vida, passa pela igualdade de acesso, onde todos teriam direito a acessar todos os bens sociais, mas também pela igualdade de direitos, onde os direitos protegeriam todos sem distinção de qual fração de classe estes pertenceriam. Esta busca por uma possível igualdade gerou os direitos sociais, o qual vai fazer um breve histórico, para justificar o meu entendimento do porque coloco o ProUni neste lugar.

Ao analisar o ProUni, não podemos deixar de ver o programa, como um direito público corte social, visto ter em si, inclusive na sua forma legal, parâmetros que definem, quem pode e quem não tem a condição de acessar o programa.

Estes parâmetros sociais colocam o programa com recorte social, pois diferente de outras políticas, dentro do tripé da seguridade social brasileira, a política de assistência social, é forjada voltada para os que dela necessitarem, isto quer dizer que não é para todos, sim para alguns, que se encaixam dentro dos parâmetros que a assistência estabelece.

No âmbito da sociologia brasileira, o estudo sobre o patrimonialismo, os modelos familísticos que permeavam a sociedade brasileira, foi buscado para se compreender que relações sociais eram estas que influenciavam na economia e na política e rebatia na questão social, na diferenciação de tratamento entre sujeitos que pelo direito deveria ser igual. Seria por conta deste passado que se perpetua no presente que nos confrontamos com solidariedades verticais baseadas no favor, nas sub-cidadanias no abismo material e valorativo entre classes e raças que compõem nossa sociedade.

Como herança desse passado histórico, temos uma distinção atribuída aos portadores de diplomas universitários, a crença de que a educação superior pode propiciar uma mobilidade social. Tal construção emerge mais enfaticamente nos anos 60 com a teoria de capital humano, na qual se tem a compreensão que o conhecimento e a educação mais elevada, se tornam valor agregado à mercadoria, que é o trabalhador.

O resultado esperado era de que quanto maior valor acumulado de conhecimento, maiores seriam as possibilidades de inserção no mercado de trabalho e, por conseguinte maior a mobilidade social individual.

“A educação assume um duplo papel: de um lado, fortalecer a acumulação do capital, formando, aperfeiçoando e reproduzindo os recursos humanos necessários ao aumento da produção e da produtividade; de outro, e como resultado dessa qualificação e formação, possibilitarem aos membros da sociedade, em todos os níveis e de todas as classes, a ascensão social pela promoção pessoal e pelo aumento da renda individual através da progressão salarial, que deve estar estruturada na capacidade individual de subir a melhores condições de trabalho. Mas tal ascensão não se liga a interesses opostos aos do capital, e sim complementares. Na medida em que o indivíduo obtém melhor capacitação e maior qualificação, torna-se mais produtivo e pode, em função disso, disputar salários mais altos. Dessa “forma, pela educação é que se adquirem condições ideais para o desenvolvimento tanto social quanto individual”. (RODRIGUES, 1987:126-127, apud CANDIOTO, 2002, p.203)

Sendo assim, concluo que no Brasil, a aquisição do diploma universitário traz a promessa de ascensão social pela educação; a idéia de capital humano, bem como a idéia de valor social do diploma, haja vista ambas as perspectivas caminharem na direção do valor social e econômico do diploma na ascensão social, pelo seu status, como pelo conhecimento agregado a ele. O resultado é a hierarquização social que confere uma distinção ao “Doutor”, onde cada um “sabe o seu lugar”. E no Brasil o lugar de “Doutor” é para poucos.

TITULOS: a força do símbolo nas formações sociais.

“Os intelectuais são os ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce ‘historicamente’ do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo” (Gramsci, 2001b:21).

Na esfera cultural temos diferentes discursos⁴, repletos de significados, que vão construir as subjetividades dos sujeitos, por isto a importância de compreender o processo de transformação da vida material, que coloca os indivíduos sociais em lugares

⁴ Para Norman Fairclough o discurso abarca três dimensões: a primeira é a descrição das marcas linguísticas, a segunda procura relacionar o texto e interação, a terceira explicar a relação entre interação e contexto social.

em que buscam fins concretos para suprir as suas necessidades materiais, sociais e históricas. Mas repletos de relações simbólicas.

Para Gramsci a de “necessidade histórica“ esta estreitamente ligada tanto a racionalidade como ao acaso”⁵, mas esta presa a regularidade dos movimentos históricos que operam os automatismos”. (GRAMSCI, 2004, p 196), a necessidade existe quando há uma

“premissa eficiente e ativa, cujo conhecimento nos homens tenha se tornado operante, ao colocar fins concretos a consciência coletiva e ao construir um complexo de convicções e de crenças que atua poderosamente como as crenças populares. Na premissa deve estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso da vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa material, quantitativamente calculável, não pode ser descartável um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos, isto é, que tenham força de induzir a ação “ a todo custo”.(GRAMSCI, 2004, p. 197).

Este complexo social do qual a cultura é expressão, revela para além das falas dominantes, os grupos de discursos dissidentes, impregnados pelas relações de poder que se estendem nas diferentes formas de relações sociais, no qual os sujeitos estão inseridos, pois estes são frutos de lutas pelo domínio da cultura, pelo espaço privilegiado que abriga a memória, pelos valores sociais que possibilita o surgimento de conteúdos simbólicos, estas características fazem com que as análises do poder de um símbolo, como o título de bacharel, não se dissocie das relações sociais materiais e históricas, que impregnam o nosso cotidiano.

O valor simbólico do diploma no Brasil se insere no sistema de ensino onde aparece com um poder simbólico, é um “poder invisível, que só pode se exercer com a cumplicidade daqueles que não querem saber que a ele submetem, ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1977, p. 31), é capaz de se impor como legítimo dissimulando o que esta em seu interior.

Temos que reconhecer, que não podemos homogeneizar, desconsiderando as diferentes maneiras dos diversos segmentos se inserirem na conjuntura/estrutura social. É pertinente a crítica apontada por Bourdieu (1983) ao afirmar que existe uma inconsistência ao se definir juventude, utilizando-se de critérios definidos

⁵ Para Gramsci, a “necessidade histórica”, esta ligada a uma racionalidade fundada no materialismo metafísico, que tem no conceito de “acaso”, uma reflexão que se explica para além das coisas físicas ou naturais; é o estudo que procura não as causas próximas, mas num plano transcendental, algo que a ciência não prova, e pelo fato de não termos previsto as causas, nos surpreendemos e dizemos que isto se deu por acaso. Uma racionalidade transcendental, na qual os fins são perseguidos em uma troca entrevisão subjetiva do mundo, e interações com as outras visões, também subjetivas.

biologicamente, sendo necessário, pelo menos, “analisar as diferenças entre as juventudes ou para encurtar entre as duas juventudes”. (BOURDIEU,1983, p. 113).

Estas juventudes aludidas pelo autor são as que vamos encontrar na PUC Rio, separadas por universos econômicos diferentes, que coloca um grupo de indivíduos sociais em posição de desvantagem perante o outro em relação a conjuntura/estrutura social.

Pois, enquanto um grupo estuda, desfruta de uma boa cultura, diversão, moradia. O outro, trabalha, veste-se mal, tem poucas possibilidades de diversão e, geralmente, é tratada com preconceito. Embora Bourdieu tenha chamado a atenção para a diferença existente entre as juventudes, a sua análise focou-se nas diferenças provocadas pelas desigualdades de classe.

Se para Gramsci as idéias, como as filosofias, são expressões do real, do concreto, idéias novas⁶, ideologia de uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente em todas as expressões da vida cotidiana – na arte, no direito, na economia, no folclore – em todas as manifestações da vida intelectual e coletiva. A sua subjetividade tem importância, mas não deve esgotar em si mesma.

O sujeito concebido em suas relações ativas, inserido em seu contexto social, expressaria, nas ações do dia a dia, elementos de sua humanidade. Segundo o autor (1978) “o indivíduo não entra em relação com os outros homens por justaposição, mas organicamente, isto é, na medida em que passa a fazer parte de organismos, dos mais simples aos mais complexos” (p.39). Se a individualidade faz parte desta organicidade, sua subjetividade se forma ao se adquirir consciência das relações sociais das quais participa.

A idéia gramsciana de que “todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado” (ibidem, p.40), coloca as ações dos indivíduos sociais como um conjunto de relações ativas e dinâmicas, rejeitando que estas seriam estáticas e previamente determinadas ditadas pelo pensamento religioso.

O homem que esta inserido nas condições objetivas de sua vida, tem nesta as múltiplas determinações histórico-sociais e econômicas que a atravessam, que se condensam nas memórias, que se cristalizam em símbolos, que o humano cria para

⁶ Segundo Gramsci “deve sempre vigorar o princípio de que as idéias não nascem de outras idéias, que as filosofias não são criadoras de outras filosofias, mas que elas são expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real” (Gramsci, 1977, p.1134).

representar o conjunto de pensamentos, que expressam suas necessidades materiais e imateriais.

E é por entendermos assim que, defendemos a idéia de que o humano, não existe em si só, mas, através de um conjunto de relações sociais concretas, que se expressam num mundo como um todo, como uma cultura intermediada por linguagens, ações, símbolos, que podemos ver ou perceber pelos embates entre as ações nas classes sociais.

Nesta luta de classe entre os que possuem os meios de produzir e reproduzir a vida e os que não os tem, percebemos que o homem pode ser definido como o somatório do homem que trabalha, que forma e transforma sua vida pelo trabalho, mas que neste homem tem uma dimensão importante que é o homem estético, que constrói e reconstrói sua realidade a partir de suas relações com universos simbólicos e que ao fazê-lo, aprisiona-se em suas próprias relações, podemos pensar que a natureza do homem seria, então, a sua história permeada por todas as relações concretas e simbólicas, acrescentada da idéia do seu *devenir*. Por isso, a natureza humana não pode ser encontrada em um só homem, pois está no conjunto que forma toda a espécie humana.

Esta forma de olhar a realidade, a nosso ver esta presente tanto no pensamento de Bourdieu, como em Marx, em Gramsci e outros autores marxistas, que inferem sobre as idéias que transitam no campo da realidade econômico-social-histórico concreta, como expressões do momento histórico, que transitam no real, mesmo tendo um resquício de passado nelas, são novas idéias de um mundo diversa do seu momento anterior, mas não apagada dele.

Tanto para Gramsci como para Bourdieu, a cultura é o espaço da vida, onde os individuos se formam não só nos bancos escolares, mas no todo social, que impregna a existência humana, que geram as sociabilidades e visões de mundo. Nisto, estão incluídas, a diversidade de ações que vão apreender avaliar, sedimentar ou transformar as relações entre os sujeitos, os grupos.

Os autores, reconhecem que nos grupos sociais subalternos existem sujeitos que procuram ultrapassar a intelectualidade de seu grupo social, ou seja, um intelectual orgânico, um agente na procura de uma nova forma de ser reconhecido no mundo.

Para Gramsci, somente alguns sujeitos dentro do grupo – os “intelectuais orgânicos” – conseguem fazer esta passagem. Mas enquanto Gramsci, vê que este intelectual orgânico pode ser ou não cooptado pelo grupo dominante, para Bourdieu,

este intelectual, este agente vai buscar no outro grupo social seu reconhecimento, neste ponto os autores diferem.

O que temos assistido na universidade/sociedade atualmente, é que acontece as duas coisas: Uns alunos após se formarem retornam para seu grupo de origem, na procura de ser reconhecido por este grupo, e dentro deste espaço grupal, procura fazer a diferença, trabalhar para a mudança/transformação da realidade vivida por este espaço social, por outro lado temos os que ascendem a determinadas posições na sociedade e chegam a renegar a sua origem, muitas vezes só à relembrando quando algum interesse está em jogo.

Neste segundo sentido, a classe subalterna estaria presa na sua condição de classe subalterna, pois seus intelectuais, não se reconheceriam mais nelas, para que houvesse uma mudança substancial na conjuntura/estrutura social, teria que haver um sistema escolar abrangente e direcionado para a ampliação da visão de mundo, com a finalidade de ultrapassar a condição social existente.

Ambos autores percebem que a cultura atravessa todo a realidade social, penetra nos indivíduos sociais, transformando-os, nem que seja dentro de certos limites. Mesmo tendo o habitus do grupo uma referência, é a história humana, formando humanos, que forma os indivíduos sociais. Gramsci define o homem como “espírito, isto é, criação histórica e não natural” (Gramsci 1972, p.24), e por ser histórica, podemos considerar como um ser determinado pelas situações histórico-sociais e econômicas que o envolvem, desde a sua infância, estes hábitos folclóricos que fazem do sujeito, um ser ao mesmo tempo individual e social – um indivíduo social⁷.

“Princípio de uma autonomia real em relação às determinações imediatas da “situação”, o habitus não é por isto uma espécie de essência a-histórica, cuja existência seria o seu desenvolvimento, enfim destino definido uma vez por todas. Os ajustamentos que são incessantemente impostos pelas necessidades de adaptação às situações novas e imprevistas podem determinar transformações duráveis do habitus, mas dentro de certos limites: entre outras razões porque o habitus define a percepção da situação que o determina. (Bourdieu, 1983, p 106)

Tanto, as convicções e crenças populares indicadas por Gramsci, quando os mecanismos de interiorização colocados por Bourdieu, vão na direção de que a formação social começa no ambiente próximo ao indivíduo social, no qual incorporariam determinadas disposições, que se perpetuariam pelos próprios agentes, ou

indivíduos e se espalhariam pela sociedade, formando uma média geral que desembocaria no que o indivíduo tem de mais genérico.

Mas que não seriam normas rígidas, mas orientações (sistemas pré-reflexivos) para a ação, que tendo uma dimensão dinâmica, poderiam influenciar em modificações das disposições. Estas ações para Bourdieu são formadas por um conjunto de

“Disposições “subjetivas” que estão no princípio do valor têm, enquanto produtos de um processo histórico de instituição, a objetividade do que está fundado em uma ordem coletiva transcendente às consciências e às vontades individuais: a particularidade da lógica social é capaz de instituir sob a forma de campos e de habitus uma libido propriamente social que varia como os universos sociais em que se engendra e que ela mantém (libido dominandi no campo do poder, libido sciendi no campo científico etc.) (Bourdieu, 1996, p.199)

O habitus é “um ser que se reduz a um ter, a um ter sido, a um ter feito ser”. (Bourdieu, 2002, p. 182). Este ter sido (alguma coisa) e ter feito ser (algo diferente) para Bourdieu ocorre dentro de uma condição socialmente estabelecida, condicionada pelas atitudes e comportamentos de uma determinada classe social, em certo momento histórico.

Os gostos, preferências, aptidões, são socialmente construídos. O habitus leva os indivíduos cultivar certas preferências, independentes da consciência ou da vontade dos agentes, mas dentro de uma determinada socialização que integra o indivíduo a sociedade, mesmo que esta sociedade, seja como indicado por Gramsci, permeada de conflitos e contradições. No modelo de sociedade dos autores, os indivíduos são educados a partir de uma determinada visão de mundo que favorece aos interesses das classes dominantes. Mas é também na sociedade civil, no campo que os mesmos indivíduos sócias, os agentes, resistem, organizam-se e lutam.

Nesses processos/campos de luta, estão dadas as possibilidades de se forjar uma reforma intelectual e moral. Dessa forma, os processos de socialização podem ser vistos a partir das relações de classe ou das disposições para a socialização, que estão muito desigualmente distribuídas entre as frações de classes sociais.

Por isto, a disposição para adquirir e manter determinado volume de capital social depende de um trabalho de socialização histórica, que pode ocorrer, por um lado por relações de resistência, conflito, luta, por outro, pela desagregação e absorção dos diferentes grupos sociais, se para Bourdieu no campo é o espaço das lutas pela hegemonia de classe, para Gramsci é na superestrutura que a sociedade civil e política vão se digladiar, pelo consenso ideológico da sociedade.

Essas disposições levam o agente a mobilizar-se a fim de pertencer a um determinado grupo. As disposições que se adquire dentro de um determinado habitus são ampliadas para os campos sociais aos quais os agentes pertencem, na medida em que os sistemas sociais⁸ se configuram, formando campos próprios, estes acabam estabelecendo quais e de que forma serão distribuídos os bens sociais e simbólicos destes grupos sociais.

Mesmo, sem entrar numa grande discussão, gostaríamos de apontar, como Bourdieu equipara o senso comum ao habitus de classe, que estrutura toda uma forma de ver e estar no mundo, dentro de uma determinada classe, como o autor coloca, “uma estrutura estruturada e estruturante”, que a volta sobre si mesma, presa numa continuidade, um não mudar; enquanto Gramsci faz sua comparação do senso comum com o pensamento de toda comunidade, o saber folclórico, que por ser folclórico, esta impregnado na sociedade, mas passível de mudança, que tem um núcleo que ao ser trabalhado, buscado no interior do saber popular, pode se tornar um bom senso, um pensamento emancipado, crítico.

Gramsci (2004) ao tratar do senso comum, da filosofia não crítica, indica que este poder, que se transita pela cultura, acaba valorizando o que a intelectualidade capitalista precisa que seja valorizado. Enquanto para Bourdieu, o habitus é fundamentado pelo senso comum,

“uma estrutura mental que, tendo sido inculcada em todas as mentes socializadas de uma certa maneira, é ao mesmo tempo individual e coletiva; uma lei tácita da percepção e da prática que fundamenta o consenso sobre o sentido do mundo social, fundamenta o senso comum”(BOURDIEU, , p.127).

Para Gramsci o senso comum fundamento todo pensamento não crítico, em alguma maneira, os dois intelectuais vêm no senso comum, um momento da sociedade, seja na formação do habitus de classe, seja na formação do pensamento social dos grupos, dos seus conformismos, mas sempre, um pensamento não crítico, sempre um

⁸ A lógica do sistema de ações e procedimentos expressivos não pode ser compreendida de maneira independente de sua função, que é dar uma tradução simbólica do sistema social “como sistema de inclusão e exclusão”, mas também significar a comunidade ou a distinção, transmutando os bens econômicos em atos de comunicação. De fato, nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas (ou o aspecto simbólico das ações) nada significam além delas mesmas; em verdade, elas expressam sempre uma posição social segundo uma lógica que é a mesma da estrutura social: a lógica da distinção (BOURDIEU & PASSERON, 1976:217). A sociedade civil constitui a parte da superestrutura que é formada pelo conjunto dos organismos “privados”, dentre eles os que constituem o sistema de ensino, e que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo social dominante exerce sobre a sociedade global. A concepção do mundo, difundida em todas as acamadas sociais para vinculá-las à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos: daí provêm seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, sentido comum, folclore; como direção ideológica da sociedade, ela se articula em três níveis essenciais: a ideologia propriamente dita, a “estrutura ideológica” - isto é, as organizações que a criam e a difundem - e o “material” ideológico, isto é: os instrumentos técnicos de difusão da ideologia: sistema escolar, “mass media” e bibliotecas. (PORTELLI, 1971: 23)

pensamento dado, externo, que se forma ao longo do tempo histórico e que a sociedade assimila e acumula.

“senso comum é um nome coletivo, como religião: não existe um único senso comum, pois também ele é um produto e um devenir histórico. A filosofia é a crítica e a superação da religião e do senso comum, e, nesse sentido, coincide com o “bom senso”, que se contrapõe ao senso comum. (GRAMSCI, 1989, p.14) (...) Este é o núcleo sadio do senso comum, o que poderia ser chamado de bom senso, merecendo ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente. (Idem, p.160)

Assim, vemos o salto que Gramsci dá ao tratar do senso comum, mesmo que seja o hábito de uma classe esteja fundado no que chamamos de senso, comum, este tem em si não a dimensão de reprodução da sociedade, tem o gérmen da mudança social.

Gramsci pensa a questão da formação do indivíduo como uma função estratégica da política, como parte da implementação do projeto de uma classe na perspectiva de se fazer hegemônica, como tarefa de uma vanguarda sobre a militância, como responsabilidade dos mais velhos perante os mais jovens, na perspectiva de criar formas mais avançadas de civilidade.

Vê-se, em Gramsci, que o movimento para a hegemonia está na passagem da estrutura para o âmbito das superestruturas, ou seja, na conformação de que interesses específicos de um grupo ou de uma classe são interesses de todos. Mas este movimento não se dá ao acaso, ele está impregnado de visões de mundo, de ações dos sujeitos sociais, que consentem que conformam algum tipo de conformismo.

“pela própria concepção de mundo, pertencemos sempre a determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos” (GRAMSCI, 2004a, p. 94).

Esta formação do bloco hegemônico, chamado por Gramsci de histórico, não é simplesmente resultado de necessidades econômicas. Este bloco é formado pela sociedade civil e sociedade política, e atravessado, tanto pelos intelectuais orgânicos quanto pelo senso comum, pela religião, pelo folclore, manifestações dos homens massa que se expressam no cotidiano, e que forma um conformismo imposto pela ideologia dominante, como também, por frações de classes, com as quais os sujeitos convivem.

Estas visões de mundo que as classes subalternas possuem, é o resultado da naturalização de ideologias de outras épocas históricas. Nestes espaços onde surgem as disposições para ultrapassar a origem de seu grupo, nascem os intelectuais orgânicos, que podem ser cooptados por outros grupos sociais.

“Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria especializada de intelectuais. (...) Todo grupo social (...) o mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. ’ (ibid.,2001, p. 15-16)

Por conseguinte, todo grupo social que exerce uma função no mundo da produção, possuem seu grupo de intelectuais orgânicos, sejam eles: empresários, trabalhadores, os grupos elaboram os seus intelectuais para darem uma maior coerência e consciência da importância de sua fração de classe dentro do sistema produtivo. Por exemplo, os capitalistas, criam os gerentes, os técnicos, e assim, ocorre em todos os outros grupos sociais.

Gramsci, em seus cadernos faz referência duas categorias de intelectuais, o orgânico, proveniente da classe social que o gerou, tornando-se seu especialista, organizador e homogeneizador e o tradicional que acredita estar desvinculado das classes sociais.

Os intelectuais orgânicos exercem as funções da hegemonia e do governo político em nome da classe dominante. Conforme indica Gramsci, os intelectuais orgânicos têm a função de unificar os conceitos para criação de uma nova cultura, que não se reduz apenas a formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado, mas também a difusão de uma nova concepção de mundo e de comportamento.

A organicidade dos intelectuais pode ser medida pela maior ou menor conexão nas funções superestruturais, ou da sociedade civil e seus aparelhos privados de hegemonia ou da sociedade política.

Os intelectuais orgânicos se articulam com as frações de classe a que pertencem, ou com as quais passem a se identificar, passando assim, a pensar esta classe cientificamente, esses intelectuais são os que difundem a concepção de mundo a qual estão alinhados.

Esta difusão pode a meu ver ser proporcionada por estes alunos que estão entrando na universidade via ProUni, apesar de entender que muitos serão cooptados pelos deslumbres da vida em uma realidade diferente do ponto de partida, mas vejo que se hoje podemos utilizar este programa, poderíamos nos apropriar deste e utilizá-lo para a construção de uma nova cultura, este grupos de alunos, se para além da educação formal da academia, tivessem condições de acessar concepções de uma educação mais ampla, como a proposta por Gramsci, a qual temos usado para nossa análise, onde o

controle da natureza supriria as necessidades do corpo, mas o controle da intelectualidade e da política permitiria o controle da dimensão política da sociedade.

Por outro lado, os intelectuais orgânicos ao assumir seu papel dentro do grupo social acabam por servir de intermediário entre a massa e o grupo dirigente, este papel de mediação que exerce precisa ser pensado, para que não caia na armadilha de terminar servindo a classe dominante, esquecendo a classe originária.

Existe em todos os momentos da vida social, uma disputa entre as grandes classes, pelos intelectuais orgânicos, visto sua ação não poder ser separada em profissional e política, pois toda ação profissional tem um viés político. Assim, esta ação prática que tem fundamentos políticos acaba ligando os intelectuais tradicionais aos intelectuais orgânicos de cada grupo social.

Em todo momento de transição histórica, os grupos sociais, batalham pela manutenção de seu pensamento como hegemônico, neste ponto a força da mediação dos intelectuais, a aparece com bastante clareza, quando os tradicionais acabam se articulando com os que estão ascendendo ao poder junto com seu grupo social.

Nestes espaços de lutas, nos campos, os espaços de reprodução simbólica, onde cada grupo social em luta procura difundir as categorias do mundo social que representam, visando produzir sentidos comuns. O campo se constitui um espaço por onde o agente social realiza suas práticas, suas mediações, procurando estabelecer formas de reproduzir suas condições de classe. No campo social estariam o senso comum, as visões folclorísticas.

Segundo Gramsci, a ultrapassagem desta forma de ver o mundo é necessária para se possa pensar em outra forma de sociedade, perceber que o senso comum é uma adesão não pensada a valores e princípios de outros grupos, que nem sempre refletem o que o seu grupo precisa é uma forma de perceber a fragilidade destas frações de classe, e do seu conformismo cego, baseado na crença, fragmentado, não crítico, conservador.

Para Gramsci, o senso comum seria, assim,

“(…) a ‘filosofia dos não-filósofos’, isto é, a concepção do mundo absorvida acriticamente pelos vários ambientes sociais e culturais nos quais se desenvolve a individualidade moral do homem médio. O senso comum não é uma concepção única, idêntica no tempo e no espaço: é o ‘folclore’ da filosofia e, como o folclore, apresenta-se em inumeráveis formas; seu traço fundamental e mais característico é o de ser uma concepção (inclusive nos cérebros individuais) desagregada, incoerente, inseqüente, conforme à posição social e cultural das multidões das quais ele é a filosofia. Quando na história se elabora um grupo social homogêneo, elabora-se também, contra o

senso comum, uma filosofia homogênea, isto é, coerente e sistemática” (Gramsci, 2004:114).

Mas Gramsci contrapõe o senso comum ao bom senso, que denomina de núcleo sadio. Orientando que se deve procurar e desenvolver o bom senso transformá-lo em consciência de classe. O bom senso, para Gramsci, é a elaboração coerente do saber e a explicitação das intenções conscientes dos indivíduos livres.

Assim, a educação tem para o autor um papel fundamental, a educação que permita refletir e se apropriar dos pensamentos passados para pensar o futuro, criando uma postura crítica em relação a sua própria concepção de mundo, que permita que os sujeitos percebam que o pensar do senso comum é reflexo de um filosofar produzido pela realidade cotidiana, que precisa ser ultrapassado, pensado, para alçar o bom senso esclarecedor, das reais condições de existência do grupo social.

Neste sentido, podemos perceber que a concepção de homem, é um ponto fundamental para sua teoria, o que este homem pode tornar-se, o que ele pode fazer para criar sua própria vida. Por isso, a importância de refletir sobre os seus atos, este é o ponto que torna a reflexão sobre sua existência tão importante.

Se pensarmos que na sociedade capitalista a na hierarquização que passa pelo poder, vemos que este pode se materializar de diferentes formas, por isso, entendemos que ter um diploma universitário de certa forma é uma maneira de algumas pessoas sentirem-se poderosas perante outras. O campo de produção simbólico suscita a relação de força entre os agentes, que leva à relação de sentido.

A condição de poder ir a uma faculdade com excelência acadêmica comprovada para até nossos dias no imaginário de nossa sociedade, os grupos sociais vinculam este pensamento à condição de classe social, visto os filhos das classes mais abastadas serem os possuidores dos meios, sejam estes culturais, sociais ou econômicos, trazidos pelos habitus de sua classe, tornando-se os mais aptos a passar em um vestibular para instituições públicas de ensino superior, ou mesmo poderem frequentar as universidades particulares consideradas boas ou excelentes.

A aposta dos alunos bolsistas do ProUni na PUC na educação, as expectativas de mobilidade social, constroem a narração sobre suas experiências vividas nesse processo educacional, o poder simbólico, do diploma, do título de bacharel, como poder construído

“pela enunciação, de fazer e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário... O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que a pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.”(BOURDIEU, 1989, p.15).

Nessa perspectiva, é legítimo avaliar que nos conteúdos dos discursos, sob o ponto de vista de sua articulação, com os poderes hegemônicos, cria sentido e liga o discurso ao símbolo, que forma a idéia de valor do diploma.

Segundo Frigotto:

“No plano cultural, somos herdeiros da mentalidade da dialética da colonização (1992) e do estigma escravocrata que perfila uma classe dominante da vanguarda do atraso e atraso da vanguarda (Oliveira, 1998) profundamente elitista e violenta. Uma mentalidade que alia a violência do coronel das velhas oligarquias à visão preconceituosa do bacharel de desprezo ao trabalho manual e técnico e ao esforço de produzirmos ciência, técnica e tecnologia..” (FRIGOTTO, 1999, p. 19)

Quando o autor iguala todos os sujeitos, legitima o pensamento do senso comum, como um saber específico. Coloca, neste, a condição de decisão sobre sua existência, dividindo a responsabilidade dos sujeitos com o capital, neste ponto todos são responsáveis pelo futuro do grupo social.

Da mesma forma, como os intelectuais burgueses desempenham ações para o estabelecimento e manutenção da hegemonia da classe burguesa, os intelectuais orgânicos da classe proletária também deveriam desempenhar um papel semelhante na criação de um novo bloco histórico no qual a classe proletária seja hegemônica. Ou seja, tais intelectuais têm a tarefa de organizar a “reforma intelectual e moral” adequando, assim, a cultura à ação prática.

Para Gramsci a cultura é um ponto central, para o autor a subalternidade da classe dominada, não é apenas econômica, é também intelectual, sendo assim, é necessário uma reforma intelectual direcionada para a tomada de consciência, na qual o senso comum, substituído pelo bom senso, poderá proporcionar uma transformação na realidade social das classes subalternas.

Assim, ele acredita na educação como um princípio emancipador, e no trabalho como princípio educativo, ambos em relação podem possibilitar a construção de uma consciência social e política que ultrapasse a ordem dominante.

Portanto, nas suas análises, Gramsci aponta para uma transformação social através de uma reforma intelectual, e neste quadro de disputa pela hegemonia, o autor aprofunda a questão da educação e da cultura, dando um giro no modo de se entender a cultura e o mundo das idéias.

Vemos que na questão da titulação, a intelectualidade do período imperial, ao criar a questão do “doutor”, como um diferencial entre o que tem poder pelo conhecimento e o que não tem, desagregando os membros que conseguem alcançar algum estudo do grupo ao qual pertencem, e inventando, assim, a idéia que só é inteligente quem tem um diploma de nível superior, assim ser técnico não basta, precisa ser bacharel.

A perspectiva de Bourdieu (1989) aponta que para se viver em sociedade as pessoas necessitam de um sistema simbólico formado por um conjunto de valores, crenças e procedimentos institucionais que são dotados de uma ideologia. Os sistemas são produzidos e reproduzidos pelos agentes sociais nas relações sociais construídas histórica e socialmente. Sendo assim, os sistemas simbólicos funcionam como instrumentos para a legitimação da dominação ou transformação da condição social existente. Neste contexto, o sistema educacional funciona como mecanismo de reprodução social e não de mobilidade social.

É provável por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (Bourdieu, 1989:41)

Para o autor, os sistemas simbólicos estão subordinados à estrutura do campo em que eles são produzidos e reproduzidos, mas também influenciam nesta. Os campos são espaços de produção simbólica, no qual os agentes se encontram em constantes lutas para difundir as categorias da divisão do mundo social ao qual pertencem. Estas lutas simbólicas visam à produção de consensos, que se realizam através de instrumentos que buscam a dissimulação e a negação da dominação.

Bourdieu aborda a questão da violência simbólica e do poder a partir da noção de campo onde considera o campo do poder como um “campo de forças” que se realiza dentro de uma determinada estrutura social, onde capitais diferentes, num jogo de forças, no qual agentes e instituições procuram ocupar posições usando estratégias destinadas a conservar ou transformar a realidade social. Na medida em que os sistemas

penetram nas condições sociais, cria uma distribuição dos bens sociais e simbólicos, que tende a fazer que o campo, nos quais ele penetra, reproduza as relações de dominação de sua classe. O que contribuirá para que se forme uma “violência simbólica”, uma imposição, de modo imperceptível ou não.

Assim, as formas de agir e de pensar que surgem diluídas no cotidiano, e que embora não sejam entendidas como violência, seriam demonstrações violentas. E por estas percepções estarem tão arraigadas na sociedade, a violência simbólica, é a mais difícil de ser identificada. Bourdieu completa:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta ser vista como natural. (BOURDIEU, 1989, p.47).

Desta forma, a existência de um agente no interior de uma rede de relações sociais, não é algo natural, é um produto de estratégias individuais ou coletivas, conscientes ou não, que objetivam a reprodução das relações sociais. Na estrutura objetiva do campo, na hierarquia de posições, de tradições, os agentes adquirem disposições, que lhes permite agir de acordo com as possibilidades existentes, sem deixar de lado as disposições trazidas em sua bagagem cultural.

Este capital cultural constituído por um sistema de valores sociais, determinados pela reunião de informações, posturas e atitudes determinam a diferença de rendimentos acadêmicos frente à escola, para o autor a trajetória escolar de cada agente esta relacionado com o capital social e cultural da família, que vai se expressar pelos atos, ações, pela linguagem, pela postura, como também, por capitais sociais adquiridos dentro do campo.

“A influência do meio lingüístico de origem não cessa jamais de se exercer, de um lado porque a riqueza, a fineza e o estilo da expressão sempre serão considerados, implícita ou explicitamente, consciente ou inconscientemente, em todos os níveis do cursus, e, ainda que em graus diversos, em todas as carreiras universitárias, até mesmo nas científicas.” (Bourdieu, 1989, p. 47)

O capital cultural dos agentes, neste caso, colaboraria para explicar as diferenças no desempenho de cada agente. Se entendermos a sociedade como um todo dialético, no qual é o “ser social”⁹ que determina a consciência dos homens; de que é a “estrutura

⁹Para Marx: “ Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência.(A ideologia alemã, p. 15). Já Lukacs busca determinar às bases do desenvolvimento do ser social, suas tendências históricas que, para o autor se realizam de modo desigual, contraditório e “independente da vontade e do saber que servirá de fundamento às posições teleológicas”(Lukács, 1978, p.12). São elas:A diminuição

econômica da sociedade” que determina a “superestrutura jurídica e política” (MARX e ENGELS, s/d, p.301-302). Podemos concluir que Marx e Engels indicaram que as idéias e as representações produzidas pelos homens constituem-se num “reflexo”¹⁰ das relações que estabelecem entre si na realidade em que vivem, na qual o cotidiano é um conjunto de múltiplas determinações que vão formar o capital cultural de cada individuo social.

Neste sentido, Marx e Engels afirmavam que

“a produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparece aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica de um povo, etc.” (MARX e ENGELS, 1987, p.36)

Por isto, trazer para nosso estudo, sobre a dimensão simbólica do diploma, precisa a nosso ver atravessar esta discussão tanto com o olhar de Marx sobre as representações produzidas pelos homens, como buscar neste olhar ampliado de cultura que Gramsci nos presenteia quando nos alerta para a necessidade de uma ultrapassagem do senso comum para o bom senso, para um pensamento crítico que desvele a real natureza da realidade objetiva do sujeito, mas vemos que no interior de toda esta discussão a abordagem dada por Bourdieu sobre a força simbólica que é percebida pelos agentes, são formas complementares na compreensão da busca pelo título de nível superior – o bacharelado – que ao mesmo tempo que liberta, aprisiona, na momento que dificulta os agentes a visualização das desigualdades que atravessam as estruturas sociais, vez que suas percepções e entendimentos estão de acordo com as relações de dominação.

do tempo de trabalho socialmente necessário para que os homens se reproduzam; O processo de reprodução torna-se gradualmente mais social; A conexão real cada vez mais intensa entre as diversas sociedades (Lukacs. 1978, p. 12, 13). Essas tendências trazidas por Lukács constituem a *essência* do desenvolvimento do ser social: “A continuidade da substância no ser social (...) é a continuidade do homem, de seu crescimento, de seus problemas, de suas alternativas” (Lukács, 1979, p. 161).

¹⁰ Essa categoria foi vulgarizada pelo materialismo mecanicista, sendo associada a uma fotocópia estanque do real. A rejeição da noção de reflexo é uma consequência de não se reconhecer uma identidade direta entre sujeito e objeto, de acordo com Lukacs quando escreve a *Ontologia do ser social* é que há no trabalho uma relação entre dois pólos heterogêneos: de uma parte, a apreensão reflexiva, cada vez mais exata, da parcela do ser-precisamente-assim da realidade; de outra, o pôr em movimento de cadeias causais decorrentes do reflexo, da prévia-ideação, da busca dos meios para a execução da atividade. Acaba por concluir que “esta primeira descrição do fenômeno mostra como ambos os modos de considerar a realidade, mutuamente heterogêneos, cada um por si e em sua indissociável ligação, formam a base da especificidade ontológica do ser social” (Lukács, 2004, p. 82). Lukács considera a imagem refletida como uma “*forma particular de objetividade* — que nasce com a nova modalidade de ser — mesmo que não seja materialmente real” (Lukács, idem: 83). A reflexão subjetiva não apreende o objeto em sua totalidade, pois este não se reduz as suas reflexões sentidas pelo sujeito que apreende. Na natureza, o animal se adapta; o homem, ao contrário, tem a consciência que reflete impulsionando e controlando a mediação com a práxis.

Mesmo que os autores reconheçam a existência de uma referência advinda da socialização, do habitus fundado pelo senso comum, que formou o sujeito ao longo de sua vida. Para Gramsci este tem em si a potencia da mudança, e vê que a atividade da escola, imprensa e igreja como o lócus clássico comum de formação do senso comum, também pode ser um espaço de transformação, enquanto Bourdieu enfatiza a escola como a instituição própria para a formação institucionalizada do senso comum, lócus de reprodução de classe, Gramsci vê na escola um lócus de reprodução, mas também, um espaço de mudança, dentro de um modelo de escola unitária, integral, onde uma educação omnilateral, proporcione ao sujeito a condição de mudar sua existência e pensar a lugar que ocupa na sociedade, e formas de alterar esta realidade.

As reflexões de Gramsci e Bourdieu se encontram quando discutem o senso comum como parte da existência que mantém a artificialidade social, momento onde se estabelece as regras mais ou menos visíveis ditadas pelas classes dominantes, que acabam por definir o indivíduo dentro de um processo, “precisamente o processo de seus atos”, assevera que é necessário saber: “... dentro de que limites ‘somos criadores de nós mesmos’, da nossa vida, do nosso destino” (GRAMSCI, 1984, p. 38). Gramsci detém-se no conceito de homem, para responder como o homem pode tentar superar esta artificialidade social, ditadas pela classe dominante:

Em suma, deve-se conceber o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza (GRAMSCI, 1984, p. 39).

Assim, o homem estabelece relação com outros homens por uma série de relações, entre as quais as do trabalho, sem esquecer que as relações são mediadas pela linguagem, pela cultura de seu grupo social, que insere indivíduo em sociedade, que na perspectiva de Gramsci, são ativas e conscientes, ou seja, “correspondem a um grau maior ou menor de inteligibilidade que delas tenha o homem individual” (GRAMSCI, 1984, p. 40).

Dessa forma, Gramsci indica que o homem como indivíduo, produto de relações sociais específicas, é um ser capaz de interagir com essas relações e de ter consciência sobre elas.

Conforme Gramsci,

“cada um transforma a si mesmo, se modifica, na medida em que transforma e modifica todo o conjunto de relações do qual ele é o ponto central (...). Se a própria individualidade é o conjunto dessas relações, conquistar uma personalidade significa adquirir consciência destas relações, modificar a própria personalidade significa modificar o conjunto destas relações.” (1984, p. 40)

Um processo complexo que para seu entendimento, implica em mergulhar nas relações sociais que possibilitaram que as mesmas se constituíssem e se solidificassem. Desta forma, somente numa volta ao passado é que se pode entender o que é o homem, e o que é cada indivíduo em sua singularidade, já que o indivíduo, além de ser a síntese das relações existentes, é também a síntese da história dessas relações.

Para Gramsci (1984), os indivíduos podem participar das alterações em sua sociedade, pois existem os que querem, associarem-se e organizarem-se para este fim, seja por meio das técnicas aplicadas à indústria, seja pelo conhecimento filosófico. (GRAMSCI, 1984, p. 40-41). Por isto, a “construção de uma hegemonia”, passa tanto pelo poder dominante, quanto pelos indivíduos sociais que pertencem a classe subalterna, que em nosso trabalho tem a ver com a construção da hegemonia sobre o ideal de se ter um título de bacharel, seja para o mundo do trabalho, seja por fetiche, quando colocamos o fetiche do título, queremos dar ênfase, a uma dimensão social, que através do poder simbólico do título de bacharel, traz também, a força a violência que acompanha a discriminação de quem não o tem.

Para Bourdieu (1989), esta no imaginário, nas representações, nas práticas e nos saberes direcionados para uma realidade de acordo com as regras do jogo – do qual *todos* participam, obtendo vantagens e lucros maiores conforme sua posição relativa.

“As ideologias, por oposição ao mito, produto coletivo e coletivamente apropriado, servem interesses particulares que tendem a apresentar como interesses universais. (...) As diferentes classes e frações de classe estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme com seus interesses”. (BOURDIEU, 1989, p. 11)

Desta forma o poder simbólico do título seria resultado de uma hegemonia ideológica em torno da crença de que nele estaria uma força capaz de transformar a vida social. Uma crença que se espalha pela sociedade e faz surgir uma hegemonia sobre a necessidade de titulação para que se alcance uma vida digna, mas de uma dignidade nos moldes capitalista.

Referências bibliográficas:

BARRETO, Raquel Goulart, *Discursos, Tecnologias, Educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. (Série Pesquisa em Educação. Práticas de linguagem)

BOURDIEU, P *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 6 ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papyrus, 1996.

_____ *Introdução a uma sociologia reflexiva*. In. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989, p. 17-58.

COELHO, E C. *As profissões imperiais. Medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. RJ. S.P: Editora Record, 1999.

CHAUÍ, M., *Convite à Filosofia*, Ed. Ática, São Paulo, 2000.

COUTINHO, C N . *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DUBAR, C. *A socialização como construção social da realidade e “Para uma teoria sociológica da identidade”*. In: *A Socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FAORO, R *Os donos do poder*. São Paulo: FSP, 2000. (1ª edição em 1958.)

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. (1ª edição: Rio de Janeiro: Zahar, 1975.)

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília. 2001, 2008. (reimpressão)

_____ *A dialectical-relation approach to critical discourse analysis in social research*, In: R. Wodak & M. Meyer eds. *Methods in Critical Discourse Analysis*, 2nd edition, Sage 2008)

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1995. (1ª edição: Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933.)

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: : Cortez, 1999.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____ *Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

MARX, K; ENGELS, F. *Crítica da educação e do ensino*. São Paulo: Moraes, 1978
_____. *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa: Moraes, 1978.

MARX, Misère de la Philosophie. Paris: Editions Sociales, 1947.

_____ Para a crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 143.

MESZAROS, I. Educação Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2005

PRADO junior, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1995. (1ª edição: São Paulo: Brasiliense, 1949.)

RAMOS, M. A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 320 p.

SOUZA, J. HÖLLINGER, F Modernização Diferencial e Democracia no Brasil. uma tentativa teórico/empírica de interpretação. In: ARAÚJO, Caetano Pereira de et al. (orgs.) Política e valores. Brasília: UnB, 2000

_____. et alli, (orgs). Uma Tentativa Teórica/empírica de interpretação. in: Valores e Política, Souza, Jessé et alli, (orgs) Unb, 2000.

_____. A Construção Social da Subcidadania, UFMG, 2003, cap. I.

Internet:

“O caminho da incorporação do proletário à sociedade moderna”:
trabalho como educação em Minas Gerais no período pós-escravidão
GoodwinJunior, J W CEFET-MG
http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A096.pdf,
acessado em 12/06/2010.

Barbosa, M LO, Ensaio Bibliográfico As Profissões no Brasil e sua Sociologia,2003.
<http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a07v46n3.pdf>, acessado em 05/08/2010.